



# MEDX 2025

III Congresso Internacional Médico Estudantil e  
II Encontro de Ligas Acadêmicas de Medicina  
I Mostra Científica IESC / PIEPE

## A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E A NEGLIGÊNCIA NO CUIDADO À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL

### Linha: Pesquisa

Lis Victor de Lima<sup>1</sup>; Bianca Sousa Alves<sup>2</sup>; Aralinda Nogueira Pinto de Sá<sup>3</sup>; Layza de Souza Chaves Deininger<sup>4</sup>

<sup>1234</sup>Afya Paraíba, João Pessoa - PB

### RESUMO

**Introdução:** A violência institucional refere-se às práticas cometidas por instituições públicas que causam sofrimento físico, psicológico ou moral a indivíduos no exercício de seus direitos. Essa forma de violência manifesta-se de diferentes maneiras, incluindo a negligência no cuidado à saúde. No sistema prisional, o encarceramento feminino vem crescendo de forma significativa, tornando as mulheres privadas de liberdade mais suscetíveis a esse tipo de violação. **Objetivo:** Analisar as evidências científicas sobre a violência institucional e a negligência no cuidado à saúde de mulheres privadas de liberdade no Brasil. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa, exploratória e descritiva, com busca nas bases BVS, PubMed e SciELO, utilizando os seguintes descritores: (("Human Rights Violations" OR "Patient Neglect" OR "Health Care Disparities" OR "Quality of Health Care" OR "Health Services Accessibility") AND ("Prisoners" OR "Correctional Facilities") AND ("Women")). Foram incluídos textos completos, em português e inglês, publicados entre 2019 e 2024. O corpo final foi composto por quatro artigos, após exclusões por duplicidade ou fuga temática. **Resultados e Discussão:** Os estudos revelam que mulheres encarceradas enfrentam precariedade estrutural, ausência de cuidados regulares e deficiências na assistência ginecológica e preventiva. O perfil predominante é de jovens negras e com baixa escolaridade, refletindo vulnerabilidades sociais agravadas pelo contexto prisional. Observa-se fragilidade na Atenção Básica Prisional e pouca articulação com a Rede de Atenção à Saúde, comprometendo o acompanhamento de doenças crônicas, saúde mental e cuidados reprodutivos. Essas limitações expressam a violência institucional e evidenciam a omissão estatal no direito à saúde. **Considerações Finais:** Constata-se negligência e violência institucional no cuidado à saúde das mulheres privadas de liberdade. É essencial fortalecer a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) e a Política Nacional de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade (PNAMP), integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

**Palavras-chave:** Violência Institucional. Negligência. Qualidade da Assistência à Saúde. Mulheres. Populações Vulneráveis.